

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE  
DESCENTRALIZAÇÃO  
Execução do 2.º trimestre de 2022

julho de 2022

## ÍNDICE

I.	Breve Contextualização .....	4
II.	Desenvolvimento do processo de transferência de competências operado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto .....	5
II.1.	Competências com recursos financeiros associados.....	5
II.1.1.	Dos municípios para as freguesias .....	5
II.1.2.	Educação.....	6
II.1.3.	Cultura .....	10
II.1.4.	Saúde .....	11
II.1.5.	Ação Social.....	15
II.2.	Competências sem recursos financeiros associados .....	18
II.2.1.	Áreas Portuárias.....	18
II.2.2.	Habitação.....	20
II.2.3.	Património imobiliário público sem utilização .....	21
II.2.4.	Estruturas de atendimento ao cidadão.....	22
II.2.5.	Estacionamento público .....	22
II.2.6.	Praias .....	23
II.2.7.	Segurança contra incêndios.....	26
III.	Conclusões.....	26

## Índice de quadros

Quadro 1 - Valores retidos no final do 2.º trimestre de 2022 aos municípios, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019.....	5
Quadro 2 - Transferência de competências na área da educação   final do 2.º trimestre de 2022 .....	6
Quadro 3 - Transferência de competências na área da cultura   final do 2.º trimestre de 2022 .....	10
Quadro 4 – Lista dos despachos publicados no 2º trimestre, de transição de trabalhadores para o mapa de pessoal dos municípios   Saúde .....	12
Quadro 5 – Número de trabalhadores transitados para o mapa de pessoal dos municípios   Saúde .....	12
Quadro 6 – Montantes transferidos na área da saúde .....	14
Quadro 7 – Municípios com transferência de competências no 2.º trimestre de 2022   Ação Social .....	15
Quadro 8 – Municípios com transferência de competências de julho a dezembro de 2022   Ação Social ...	1
Quadro 9 – Municípios com transferência de competências em 1/1/2023   Ação Social .....	1
Quadro 10 – Montantes transferidos na área da ação social   2.º trimestre de 2022 .....	17
Quadro 11 - Comissões de acompanhamento   Áreas Portuárias.....	19
Quadro 12 - Comissões de análise   Habitação .....	20
Quadro 13 - Imóveis incluídos na lista atualizada   Património.....	21
Quadro 14 - Imóveis não incluídos na lista publicada pelo Despacho   Património .....	21
Quadro 15 - Praias - Lista de municípios em que a competência é aplicável em 2022.....	23

## I. Breve Contextualização

No âmbito do acompanhamento de processo de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelecido na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais, procede-se, no presente relatório, ao resumo da evolução verificada no 2.º trimestre de 2022.

À exceção das áreas setoriais da Saúde, da Educação e da Ação Social, consideram-se transferidas a 1 de janeiro de 2021 as competências previstas na Lei-Quadro e respetivos diplomas setoriais.

No entanto, nos termos dos diplomas setoriais, o exercício das competências nas áreas da Saúde, da Cultura do Património imobiliário público sem utilização, da Habitação, das Freguesias, das Estruturas de Atendimento ao Cidadão e das Áreas Portuárias impõem a outorga de relatórios, autos ou acordos de transferência.

Nas áreas da Educação e da Saúde, em conformidade com o previsto, respetivamente, nos Decretos-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019, ambos de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, o prazo para a transferência das competências terminou a 31 de março de 2022. No domínio da Ação Social foi publicado o Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que permite aos municípios prorrogar até 1 de janeiro de 2023 o prazo de transferência das competências.

No que respeita ao desenvolvimento do processo de transferência de competências, à semelhança dos relatórios anteriores, a evolução verificada no 2.º trimestre e o respetivo ponto de situação encontra-se organizado em dois subcapítulos, distinguindo competências com recursos financeiros associados (com transferências do Orçamento do Estado/com transferências dos municípios para as freguesias) e competências sem recursos financeiros associados.

## II. Desenvolvimento do processo de transferência de competências operado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto

### II.1. Competências com recursos financeiros associados

Quanto às competências a transferir com recursos financeiros associados, elencam-se:

#### II.1.1. Dos municípios para as freguesias

No final do 2.º trimestre de 2022, 112 municípios têm formalizada a transferência de competências para os órgãos de freguesia, o que corresponde a um total de 1116 freguesias a exercer competências descentralizadas.

De referir que existem municípios que não transferiram as competências para todas as freguesias do respetivo território, seja porque as freguesias não as aceitaram, seja porque o município pretende manter as competências na sua esfera de atuação, seja ainda porque se encontram em negociações sobre os valores a transferir.

Até ao final do 2.º trimestre de 2022, os municípios e respetivos valores retidos encontram-se indicados no quadro seguinte<sup>1</sup>.

**Quadro 1 - Valores retidos no final do 2.º trimestre de 2022 aos municípios, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019**

Município	Valor	Município	Valor
Abrantes	365 978,04	Bragança	319 741,08
Albergaria-a-Velha	235 674,06	Cabeceiras de Basto	114 325,02
Albufeira	1 051 459,02	Cadaval	101 012,52
Alcanena	250 000,02	Caldas da Rainha	202 596,48
Alcoutim	52 899,72	Cantanhede	105 011,40
Alenquer	1 201 701,00	Cartaxo	270 977,85
Almada	545 490,30	Castelo Branco	279 919,98
Almeirim	168 000,00	Castelo de Paiva	69 999,96
Alter do Chão	28 000,02	Castelo de Vide	7 000,02
Amadora	2 719 585,62	Castro Verde	168 000,00
Arcos de Valdevez	117 548,88	Chamusca	337 497,84
Baião	5 535,00	Coimbra	1 684 383,78
Barcelos	765 938,70	Coruche	77 104,50
Barrancos	15 000,00	Covilhã	728 939,06
Belmonte	139 942,14	Crato	91 722,24
Borba	51 645,72	Elvas	231 499,98
Boticas	88 659,96	Espinho	449 250,06

<sup>1</sup> Os Municípios de Albergaria-a-Velha, Cartaxo, Figueira de Castelo Rodrigo, Mafra, Ovar, Pedrógão Grande, Penamacor, Póvoa de Lanhoso, Trofa e Valongo transferiram diretamente parte dos montantes para as respetivas freguesias.

Município	Valor
Estarreja	154 557,48
Estremoz	108 199,38
Évora	330 212,70
Faro	432 443,88
Ferreira do Alentejo	65 124,96
Figueira da Foz	387 325,92
Figueira de Castelo Rodrigo	70 249,92
Fundão	185 146,50
Gouveia	94 355,10
Guimarães	248 212,26
Ílhavo	154 999,98
Lamego	282 219,90
Leiria	846 411,24
Loulé	2 510 860,92
Lourinhã	400 188,06
Lousã	87 999,98
Mafra	1 329 806,04
Maia	575 627,88
Marco de Canaveses	33 251,64
Marinha Grande	488 394,42
Melgaço	112 500,12
Mértola	68 898,48
Mesão Frio	10 500,00
Mira	51 058,62
Miranda do Corvo	63 748,50
Miranda do Douro	173 378,40
Montemor-o-Velho	101 149,98
Murtosa	201 750,00
Odemira	345 520,92
Odivelas	2 402 635,92
Oeiras	1 294 702,14
Olhão	97 999,98
Oliveira do Bairro	131 074,56
Ourém	361 409,10
Ovar	541 747,18
Paredes	431 100,00
Pedrógão Grande	53 250,00
Penamacor	146 237,52
Peniche	434 199,90
Pombal	652 080,60

Município	Valor
Ponte de Sor	45 495,42
Portalegre	57 956,46
Portimão	294 118,26
Porto de Mós	223 285,98
Póvoa de Lanhoso	277 266,00
Proença-a-Nova	19 584,00
Reguengos de Monsaraz	85 696,68
Rio Maior	248 869,14
Santa Maria da Feira	800 034,00
Santa Marta de Penaguião	100 674,48
Santarém	274 897,38
São João da Pesqueira	39 249,96
São Pedro do Sul	418 129,62
Seixal	610 526,04
Sertã	140 132,70
Setúbal	2 980 067,82
Sever do Vouga	270 871,44
Sintra	3 375 450,72
Soure	240 075,48
Sousel	56 590,56
Tavira	623 135,52
Tomar	324 287,40
Torre de Moncorvo	11 890,02
Torres Novas	285 998,46
Torres Vedras	1 430 043,78
Trofa	191 160,00
Vale de Cambra	212 500,02
Valongo	1 056 826,50
Vendas Novas	48 896,10
Viana do Castelo	1 058 465,10
Vieira do Minho	60 120,36
Vila Flor	64 707,06
Vila Franca de Xira	1 749 365,04
Vila Nova de Poiares	75 150,06
Vila Real	245 587,56
Vila Velha de Ródão	37 362,18
Vila Verde	496 014,06
Viseu	628 910,70
<b>Total Geral</b>	<b>48 661 962,11</b>

## II.1.2. Educação

No âmbito do acompanhamento da evolução do processo de descentralização no domínio da Educação, apresentam-se os valores transferidos para os municípios.

### Quadro 2 - Transferência de competências na área da educação | final do 2.º trimestre de 2022

Município	1.º semestre
Águeda*	2 147 201,34
Amadora*	6 956 420,27

Município	1.º semestre
Batalha*	1 011 742,52
Cascais*	6 998 778,59

Município	1.º semestre
Crato*	199 173,95
Matosinhos*	8 204 610,75
Mealhada*	1 005 928,08
Óbidos*	875 954,58
Oeiras*	7 216 365,91
Oliveira de Azeméis*	3 098 869,65
Oliveira do Bairro*	1 100 610,89
Sousel*	340 822,57
Vila de Rei*	583 575,85
Vila Nova de Famalicão*	5 298 453,26
Alandroal	250 731,49
Albufeira	2 014 723,90
Alcoutim	194 157,43
Alpiarça	311 771,39
Alvito	154 294,59
Amares	644 058,58
Arcos de Valdevez	782 332,23
Armamar	401 101,62
Arronches	193 557,84
Borba	310 408,60
Braga	6 191 700,92
Cabeceiras de Basto	677 429,01
Campo Maior	396 800,29
Cartaxo	945 214,91
Coruche	604 768,61
Entroncamento	638 093,44
Espinho	1 246 375,00
Fafe	1 675 845,42
Góis	227 486,19
Grândola	501 102,45
Guimarães	5 503 040,32
Loulé	3 050 613,03
Loures	6 418 307,49
Lousada	2 100 060,34
Mira	472 029,46
Montalegre	655 844,44
Mortágua	391 660,79
Mourão	307 488,83
Olhão	1 974 781,35
Paços de Ferreira	2 041 342,30
Ponte da Barca	687 114,34
Ponte de Lima	1 791 102,27
Ponte de Sôr	703 624,33
Porto de Mós	875 537,14
Reguengos de Monsaraz	430 276,48
Resende	657 760,96
Santarém	2 276 724,53
São Brás de Alportel	476 193,00
Silves	1 350 790,29
Sines	660 500,50
Terras de Bouro	468 848,31

Município	1.º semestre
Trofa	1 167 430,91
Vidigueira	295 217,24
Vila do Bispo	177 226,03
Vila do Conde	3 189 450,16
Vila Flôr	287 063,53
Vila Nova de Foz Côa	429 247,69
Vila Velha de Ródão	175 903,56
Vimioso	211 252,65
Vila Nova da Barquinha	488 672,55
Beja	1 609 301,21
Barcelos	4 913 059,13
Leiria	5 433 678,96
Alenquer	2 033 298,08
Alfândega da Fé	253 804,90
Almodôvar	369 913,52
Baião	1 113 402,82
Belmonte	349 684,62
Bombarral	524 323,65
Boticas	282 250,26
Caminha	689 201,62
Castelo de Vide	214 460,50
Covilhã	2 364 548,85
Elvas	1 237 995,26
Faro	3 491 084,68
Felgueiras	3 110 083,08
Figueira da Foz	2 443 321,05
Gondomar	6 438 430,20
Idanha-a-Nova	320 252,20
Lagos	1 471 941,20
Lisboa	19 387 561,74
Lourinhã	1 373 537,78
Macedo de Cavaleiros	594 658,79
Mangualde	907 517,82
Mesão Frio	326 026,97
Monção	1 023 848,26
Montijo	2 481 841,26
Nazaré	453 261,54
Odivelas	6 617 282,71
Peso da Régua	784 843,03
Pinhel	527 615,56
Portimão	3 549 634,50
Proença-a-Nova	355 926,11
Rio Maior	1 162 628,16
São João da Pesqueira	422 216,62
Sabrosa	315 172,37
Sintra	15 065 368,27
Torres Vedras	3 558 018,13
Vagos	771 073,45
Valongo	3 956 702,68
Viana do Castelo	4 251 863,78
Vila Franca de Xira	5 966 171,04

Município	1.º semestre
Vila Pouca de Aguiar	529 266,30
Vila Real	2 295 960,94
Vizela	1 189 454,04
Paredes de Coura	418 252,08
Sardoal	332 458,99
Ourique	334 881,28
Murça	341 055,58
Monchique	323 963,77
Meda	310 609,07
Vila Nova de Cerveira	452 403,20
Gavião	201 411,17
Tarouca	552 063,06
Melgaço	379 893,82
Portel	323 783,60
Valença	779 161,42
Golegã	276 319,99
Freixo de Espada à Cinta	261 360,66
Santa Marta de Penaguião	258 318,32
Arruda dos Vinhos	442 657,39
Nisa	282 307,76
Ferreira do Alentejo	340 661,93
Abrantes	1 330 644,89
Alcanena	702 379,57
Alcobaça	2 070 098,69
Amarante	1 904 011,59
Aveiro	3 333 519,50
Castro Verde	532 592,24
Chamusca	381 793,25
Cinfães	1 436 191,83
Coimbra	6 093 215,32
Condeixa-a-Nova	639 685,60
Fornos de Algodres	304 564,52
Ílhavo	1 803 347,52
Marco de Canaveses	2 757 014,40
Marvão	269 367,08
Mértola	377 067,28
Mirandela	831 324,88
Montemor-o-Velho	902 658,46
Penacova	603 985,94
Peniche	1 385 978,17
Seia	1 157 861,71
Tábua	712 278,31
Tomar	1 979 469,11
Torres Novas	1 593 608,53
Castelo Branco	2 453 052,79
Azambuja	1 177 025,11
Ourém	1 933 539,26
Caldas da Rainha	2 141 727,67
Viseu	4 262 820,90
Guarda	2 119 665,83
Constância	390 875,92

Município	1.º semestre
Portalegre	1 366 059,10
Ribeira de Pena	413 089,80
Almeirim	1 168 020,59
Mafra	3 634 473,78
Alter Do Chão	214 282,50
Estremoz	594 022,91
Vila Viçosa	403 462,74
Maia	2 804 004,26
Aguiar da Beira	179 738,94
Albergaria-a-Velha	654 159,95
Alcácer do Sal	386 603,62
Alcochete	528 182,56
Alijó	309 880,82
Aljezur	191 332,81
Aljustrel	330 567,69
Almada	4 371 022,90
Almeida	240 087,22
Alvaiázere	170 620,16
Anadia	528 665,15
Ansião	318 571,04
Arganil	414 906,83
Arouca	699 872,94
Arraiolos	157 840,95
Avis	139 058,02
Barrancos	113 936,23
Barreiro	2 247 681,24
Benavente	832 434,54
Bragança	1 045 912,41
Cadaval	342 326,77
Cantanhede	794 922,14
Carraceda de Ansiães	176 694,25
Carregal do Sal	390 617,31
Castanheira de Pera	121 963,90
Castelo de Paiva	511 486,61
Castro Daire	437 546,40
Castro Marim	215 074,63
Celorico da Beira	189 845,48
Celorico de Basto	505 419,85
Chaves	1 064 261,84
Cuba	193 710,77
Esposende	1 009 225,83
Estarreja	699 120,97
Évora	1 573 415,56
Ferreira do Zêzere	183 385,81
Figueira de Castelo Rodrigo	234 137,91
Figueiró dos Vinhos	250 802,53
Fronteira	124 537,19
Fundão	764 671,64
Gouveia	421 101,98
Lagoa	707 745,79
Lamego	725 401,29

Município	1.º semestre
Lousã	464 608,73
Mação	219 828,08
Manteigas	129 817,42
Marinha Grande	1 066 835,00
Miranda do Corvo	366 931,13
Miranda do Douro	264 324,48
Mogadouro	215 363,18
Moimenta da Beira	454 557,17
Moita	1 660 173,26
Mondim de Basto	183 348,91
Monforte	184 801,14
Montemor-o-Novo	459 599,13
Mora	154 452,40
Moura	888 789,80
Murtosa	317 817,85
Nelas	458 639,34
Odemira	834 805,21
Oleiros	151 384,97
Oliveira de Frades	316 095,08
Oliveira do Hospital	636 821,07
Ovar	1 238 578,21
Palmela	1 469 277,87
Pampilhosa da Serra	138 421,81
Paredes	2 146 234,91
Pedrógão Grande	123 763,23
Penafiel	1 929 022,39
Penalva do Castelo	262 430,96
Penamacor	132 800,97
Penedono	123 667,69
Penela	166 395,69
Pombal	1 196 710,78
Porto	5 038 880,30
Póvoa de Lanhoso	588 121,57
Póvoa de Varzim	1 667 799,31
Redondo	203 432,29
Sabugal	296 863,46
Salvaterra de Magos	454 621,56

Município	1.º semestre
Santa Comba Dão	304 107,69
Santa Maria da Feira	2 530 164,01
Santiago do Cacém	956 839,69
Santo Tirso	1 658 831,15
São João da Madeira	943 946,27
São Pedro do Sul	483 302,15
Sátão	407 850,15
Seixal	3 489 001,22
Sernancelhe	155 439,39
Serpa	591 041,49
Sertã	430 872,58
Sesimbra	1 498 402,09
Setúbal	2 509 622,33
Sever do Vouga	315 534,92
Sobral de Monte Agraço	309 695,72
Soure	364 599,23
Tabuaço	151 642,00
Tavira	645 454,60
Tondela	810 557,27
Torre de Moncorvo	228 943,30
Trancoso	367 181,81
Vale de Cambra	497 821,51
Valpaços	454 745,05
Vendas Novas	341 450,55
Viana do Alentejo	238 064,46
Vieira do Minho	331 517,63
Vila Nova de Gaia	5 730 596,34
Vila Nova de Paiva	249 524,19
Vila Nova de Poiares	193 390,58
Vila Real de Santo António	676 441,29
Vila Verde	1 258 121,08
Vinhais	226 113,15
Vouzela	441 245,50
<b>Programa Aproximar</b>	<b>45 038 508,21</b>
<b>DL n.º 21/2019</b>	<b>321 295 460,22</b>
<b>Total</b>	<b>366 333 968,43</b>

\*Programa Aproximar

Foi realizada reunião, no dia 28 de abril, com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGesTE), para acompanhamento do processo de transição de trabalhadores para os municípios e bem assim dos procedimentos a considerar no âmbito das transferências financeiras para os municípios e o Fundo de Financiamento da Descentralização.

### II.1.3.Cultura

No âmbito da execução do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual no 2.º trimestre de 2022, encontram-se assinados 46 Autos de Transferência.

O quadro seguinte reflete o ponto de situação do processo em apreço no final do 2.º trimestre de 2022:

**Quadro 3 - Transferência de competências na área da cultura | final do 2.º trimestre de 2022**

<b>Imóvel Classificado</b>	<b>Concelho</b>	<b>Ponto de situação</b>
Fortaleza de Abrantes	Abrantes	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Arco da Rua Augusta	Lisboa	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Ruínas do Castelo de Alcanede	Santarém	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Convento de Jesus	Setúbal	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Lapa da Bugalheira	Torres Novas	Auto de Transferência assinado em 01/07/2021
Villa Lusitano-romana (vila cardillio)	Torres Novas	Auto de Transferência assinado em 01/07/2021
Castelo de Alandroal, incluindo Muralhas de Torre de Menagem	Alandroal	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Castelo de Terena	Alandroal	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Povoado das Mesas do Castelinho	Almodôvar	Auto de Transferência assinado em 29/10/2021
Padrão de Montes Claros	Borba	Auto de Transferência assinado em 27/08/2021
Povoado Pré-histórico de Santa Vitória	Campo Maior	Auto de Transferência assinado em 02/07/2021
Castelo de Elvas	Elvas	Auto de Transferência assinado em 30/09/2021
Castelo de Évora Monte	Estremoz	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Villa romana de Santa Vitória do Ameixial	Estremoz	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Castelo de Bêlver	Gavião	Auto de Transferência assinado em 27/08/2021
Castelo de Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Lagar de Varas de Fojo	Moura	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Castelo de Amieira (do Tejo)	Nisa	Auto de transferência assinado em 18/01/2022
Castro da Cola	Ourique	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Muralhas do Castelo de Portalegre e Torre de Menagem	Portalegre	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Castelo da Vidigueira	Vidigueira	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Castelo de Paderne (4) (5)	Albufeira	Auto de Transferência assinado em 23/09/2021
Castelo de Aljezur	Aljezur	Auto de Transferência assinado em 25/01/2022
Castelo de Loulé	Loulé	Auto de Transferência assinado em 25/01/2022
Monumentos Megalíticos de Alcalar (4)	Portimão	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Vila Romana da Abicada (4)	Portimão	Auto de Transferência assinado em 29/03/2021
Torre de Centum Celas	Belmonte	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Edifício do Governo Civil do Distrito de Castelo Branco (antigo Palácio dos Viscondes de Portalegre)	Castelo Branco	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Castelo de Linhares	Celorico da Beira	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Castelo e muralhas de Celorico da Beira	Celorico da Beira	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Estação Arqueológica de Idanha à Velha (Egitânia)	Idanha-a-Nova	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Antigo Convento de Santo Agostinho, exceto Igreja	Leiria	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Castelo de Montemor o Velho	Montemor-o-Velho	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Moinhos de Vento	Penacova	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Castelo de Penela	Penela	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Castelo de Alfaiates	Sabugal	Auto de transferência assinado em 19/11/2021
Castelo de Trancoso	Trancoso	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Ruínas do Castelo de Faria e estação arqueológica subjacente	Barcelos	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Castelo de Arnóia	Celorico de Basto	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Memorial de Alpendurada	Marco de Canaveses	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020
Castro de Cidadelhe	Mesão Frio	Auto de Transferência assinado em 30/09/2020

<b>Imóvel Classificado</b>	<b>Concelho</b>	<b>Ponto de situação</b>
Castelo de Miranda do Douro	Miranda do Douro	Auto de Transferência assinado em 27/08/2021
Castelo de Mogadouro	Mogadouro	Auto de Transferência assinado em 27/08/2021
Castela de Penas Róias	Mogadouro	Auto de Transferência assinado em 27/08/2021
Castelo de Montalegre	Montalegre	Auto de Transferência assinado em 29/06/2021
Museu de Francisco Tavares Proença Júnior	Castelo Branco	Auto de Transferência assinado em 15/03/2022
Vila Romana de Torre de Palma	Monforte	Minuta aprovada
Castelo de Belmonte	Belmonte	Minuta aprovada
Castelo de Arraiolos	Arraiolos	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Torre Sineira do Convento do Salvador	Évora	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Muralhas da Praça de Almeida	Almeida	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Castelo de Marialva	Meda	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Castelo de Bragança	Bragança	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Castelo de Outeiro	Bragança	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Castelo de Rebordão	Bragança	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Vila amuralhada de Anciães	Carrazeda de Ansiães	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Castelo de Algoso	Vimioso	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Cava de Viriato	Viseu	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Capela de São Jorge	Porto de Mós	Auto em elaboração
Museu de Aveiro	Aveiro	Aguarda-se aprovação por parte do Município
Museu da Guarda	Guarda	Auto em elaboração
Museu Etnográfico e Etnológico Dr. Joaquim Manso	Nazaré	Auto em elaboração
Castelo de Avô (incluindo as ruínas da Ermida de São Miguel, situadas no âmbito do Castelo)	Oliveira do Hospital	Auto em revisão
Castelo de Nisa	Nisa	Questões em análise
Castelo de Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	Município não se encontra em condições de assumir competências
Povoado calcolítico do Monte da Tumba	Alcácer do Sal	Município não se encontra em condições de assumir competências
Castelo de Avis	Avis	Município recusou assumir a competência
Castelo de Mértola	Mértola	Município demonstrou relutância
Castelo de Santiago do Cacém	Santiago do Cacém	Município recusou assumir a competência
Castelo de Viana do Alentejo	Viana do Alentejo	Município demonstrou relutância
Castelo de Pinhel	Pinhel	Município demonstrou relutância
Castelo de Monforte	Chaves	Município reprovou Auto
Castelo de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	Município demonstrou relutância
Castelo de Castelo Melhor	Vila Nova de Foz Côa	Município reprovou Auto
Castelo de Numão	Vila Nova de Foz Côa	Município reprovou Auto
Castelo Velho de Freixo de Numão	Vila Nova de Foz Côa	Município reprovou Auto
Museu da Cerâmica	Caldas da Rainha	Município reprovou Auto

#### II.1.4. Saúde

Até ao final do 2.º trimestre de 2022, encontram-se assinados 47 Autos de Transferência.

Foram publicados no Diário da República, 2.ª série, os seguintes despachos com a lista nominativa, homologada, de trabalhadores com vínculo de emprego público a transitar para o mapa de pessoal de 15 municípios, num total de 99 trabalhadores:

**Quadro 4 – Lista dos despachos publicados no 2º trimestre, de transição de trabalhadores para o mapa de pessoal dos municípios | Saúde**

Publicação	Data de transição	Municípios
Aviso n.º 10432/2021, de 4/6	01/04/2021	Batalha, Belmonte, Miranda do Corvo, Penalva do Castelo, Tábua
Aviso n.º 11706/2022, de 8/6	01/05/2022	São Pedro do Sul
Aviso n.º 12125/22, de 17/6	01/05/2022	Marinha Grande
Aviso n.º 12462/2022, de 22/6	01/04/2022	Figueira da Foz
Aviso n.º 12918/2022, de 29/6	01/06/2022	Vila Real de Santo António
Aviso n.º 11588/2022, de 8/6	Não identificada	Borba, Estremoz, Vila Viçosa
Aviso n.º 11796-A/2022, de 8/6	Não identificada	Alandroal, Mourão, Viana do Alentejo

**Quadro 5 – Número de trabalhadores transitados para o mapa de pessoal dos municípios | Saúde**

Municípios	Nº trabalhadores	Municípios	Nº trabalhadores
Alandroal	6	Mourão	2
Albufeira	6	Penalva do Castelo	4
Alcobaça	2	Portel	5
Baião	18	Portimão	6
Batalha	1	Ribeira de Pena	7
Belmonte	2	São João da Pesqueira	5
Borba	14	São Pedro do Sul	9
Estremoz	14	Tábua	3
Figueira da Foz	10	Torres Vedras	11
Lagos	7	Viana do Alentejo	6
Loulé	15	Vila Pouca de Aguiar	8
Marco de Canaveses	14	Vila Real de Santo António	8
Marinha Grande	9	Vila Viçosa	6
Miranda do Corvo	5	Vizela	4
Monchique	4	<b>Total</b>	<b>99</b>

No que respeita aos valores transferidos para os municípios foi, de acordo com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), transferido, até ao final do 2.º trimestre, o montante total de 9 201 614 euros<sup>2</sup>, relativo a 41 municípios<sup>3</sup> conforme quadro *infra*:

<sup>2</sup> Montantes comunicados pela ACSS em 24 de junho de 2022

<sup>3</sup> Os autos relativos aos municípios de Abrantes, Amares, Golegã, Resende, Terras de Bouro e Veira do Minho encontram-se assinados, mas, até ao final do 2.º trimestre de 2022, não foram transferidas verbas.

### Quadro 6 – Montantes transferidos na área da saúde

No âmbito do acompanhamento da evolução do processo de descentralização no domínio da saúde, apresentam-se os valores transferidos para os municípios:

Municípios	Execução Financeira Acumulada
Alandroal	14 061 €
Albufeira	387 630 €
Alcobaça	112 621 €
Alcochete	6 842 €
Baião	644 738 €
Batalha	84 420 €
Belmonte	127 620 €
Borba	2 239 €
Carregal do Sal	10 201 €
Cascais	958 096 €
Castelo de Paiva	26 520 €
Cinfães	146 137 €
Estremoz	32 807 €
Figueira da Foz	50 500 €
Lagoa (Algarve)	51 359 €
Lagos	425 022 €
Loulé	854 690 €
Marco de Canaveses	644 734 €
Marinha Grande	49 496 €
Miranda do Corvo	162 045 €
Moimenta da Beira	160 681 €
Monchique	183 025 €
Mourão	1 322 €
Paredes	179 807 €
Penafiel	165 987 €
Penalva do Castelo	112 575 €
Portel	181 283 €
Portimão	836 806 €
Ribeira de Pena	453 445 €
São João da Pesqueira	267 432 €
São Pedro do Sul	58 102 €
Sardoal	15 575 €
Tábua	154 635 €
Tavira	90 943 €
Torres Vedras	658 406 €
Viana do Alentejo	2 302 €
Vila do Bispo	21 515 €
Vila Pouca de Aguiar	507 108 €
Vila Real de Santo António	20 693 €
Vila Viçosa	2 680 €
Vizela	335 517 €
<b>Total</b>	<b>9 201 614 €</b>

## II.1.5. Ação Social

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, que veio possibilitar a prorrogação do prazo de transferência das competências em matéria de Ação Social, estabelecido em 1 de março de 2022, até 1 de janeiro de 2023, 196 municípios solicitaram a prorrogação do prazo.

No 2.º trimestre foram assumidas as competências por 67 municípios, dos quais 52 em 1 de abril; mais 14 municípios vão assumir as competências até ao final do ano de 2022 e 196 em 1 de janeiro de 2023, conforme identificado nos quadros seguintes. Foram constituídas 10 comissões de acompanhamento, totalizando 259 das quais 200 já iniciaram os trabalhos.

Os municípios de Mértola e Celorico da Beira anteciparam a data de transferência de 1/1/2023 para junho e julho de 2022, respetivamente, e Belmonte e Covilhã adiaram para 1/1/2023.

De referir que, no município de Lisboa as competências transferidas para os municípios continuarão a ser exercidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, razão pela qual não são assumidas pelo município.

### Quadro 7 – Municípios com transferência de competências no 2.º trimestre de 2022 | Ação Social

Alandroal	Gondomar	Pombal
Alcochete	Gouveia	Portalegre
Alenquer	Guarda	Portimão
Alijó	Idanha-a-Nova	Póvoa de Lanhoso
Almodôvar	Lagoa (Algarve)	Resende
Alpiarça	Mangualde	Rio Maior
Alvaiázere	Marinha Grande	Salvaterra de Magos
Alvito	Marvão	Santa Marta de Penaguião
Arcos de Valdevez	Matosinhos	Sardoal
Borba	Mêda	Sever do Vouga
Boticas	Melgaço	Tomar
Carregal do Sal	Mértola	Valpaços
Cartaxo	Mesão Frio	Vieira do Minho
Castanheira de Pêra	Moimenta da Beira	Vila de Rei
Castro Verde	Monção	Vila Nova de Cerveira
Cinfães	Mondim de Basto	Vila Nova de Paiva
Crato	Montijo	Vila Pouca de Aguiar
Estremoz	Mortágua	Vila Real
Ferreira do Zêzere	Odemira	Vila Verde
Figueiró dos Vinhos	Ourém	Vila Viçosa
Fornos de Algodres	Ourique	Vizela
Fronteira	Penalva do Castelo	
Golegã	Penedono	

**Quadro 8 – Municípios com transferência de competências de julho a dezembro de 2022 | Ação Social**

Almeirim	Fundão	Santarém
Aveiro	Ílhavo	São João da Madeira
Celorico da Beira	Marco de Canaveses	Torres Vedras
Condeixa-a-Nova	Paços de Ferreira	Vendas Novas
Figueira da Foz	Penela	

**Quadro 9 – Municípios com transferência de competências em 1/1/2023 | Ação Social**

Abrantes	Caldas da Rainha	Lousã
Águeda	Caminha	Lousada
Aguiar da Beira	Campo Maior	Mação
Albergaria-a-Velha	Cantanhede	Macedo de Cavaleiros
Albufeira	Carrazeda de Ansiães	Mafra
Alcácer do Sal	Cascais	Maia
Alcanena	Castelo Branco	Manteigas
Alcobaça	Castelo de Paiva	Mealhada
Alcoutim	Castelo de Vide	Mira
Alfândega da Fé	Castro Daire	Miranda do Corvo
Aljezur	Castro Marim	Miranda do Douro
Aljustrel	Celorico de Basto	Mirandela
Almada	Chamusca	Mogadouro
Almeida	Chaves	Moita
Alter do Chão	Coimbra	Monchique
Amadora	Constância	Monforte
Amarante	Coruche	Montalegre
Amares	Covilhã	Montemor-o-Novo
Anadia	Cuba	Montemor-o-Velho
Ansião	Elvas	Mora
Arganil	Entroncamento	Moura
Armamar	Espinho	Mourão
Arouca	Esposende	Murça
Arraiolos	Estarreja	Murtosa
Arronches	Évora	Nazaré
Arruda dos Vinhos	Fafe	Nelas
Avis	Faro	Nisa
Azambuja	Felgueiras	Óbidos
Baião	Ferreira do Alentejo	Odivelas
Barcelos	Figueira de Castelo Rodrigo	Oeiras
Barrancos	Freixo de Espada à Cinta	Oleiros
Barreiro	Gavião	Olhão
Batalha	Góis	Oliveira de Azeméis
Beja	Grândola	Oliveira de Frades
Belmonte	Guimarães	Oliveira do Bairro
Benavente	Lagos	Oliveira do Hospital
Bombarral	Lamego	Ovar
Braga	Leiria	Palmela
Bragança	Loulé	Pampilhosa da Serra
Cabeceiras de Basto	Loures	Paredes
Cadaval	Lourinhã	Paredes de Coura

Pedrógão Grande	São João da Pesqueira	Trofa
Penacova	São Pedro do Sul	Vagos
Penafiel	Sátão	Vale de Cambra
Penamacor	Seia	Valença
Peniche	Seixal	Valongo
Peso da Régua	Sernancelhe	Viana do Alentejo
Pinhel	Serpa	Viana do Castelo
Ponte da Barca	Sertã	Vidigueira
Ponte de Lima	Sesimbra	Vila do Bispo
Ponte de Sor	Setúbal	Vila do Conde
Portel	Silves	Vila Flor
Porto	Sines	Vila Franca de Xira
Porto de Mós	Sintra	Vila Nova da Barquinha
Póvoa de Varzim	Sobral de Monte Agraço	Vila Nova de Famalicão
Proença-a-Nova	Soure	Vila Nova de Foz Côa
Redondo	Sousel	Vila Nova de Gaia
Reguengos de Monsaraz	Tábua	Vila Nova de Poiares
Ribeira de Pena	Tabuaço	Vila Real de Santo António
Sabrosa	Tarouca	Vila Velha de Ródão
Sabugal	Tavira	Vimioso
Santa Comba Dão	Terras de Bouro	Vinhais
Santa Maria da Feira	Tondela	Viseu
Santiago do Cacém	Torre de Moncorvo	Vouzela
Santo Tirso	Torres Novas	
São Brás de Alportel	Trancoso	

No âmbito do acompanhamento da evolução do processo de descentralização no domínio da ação social, apresentam-se os valores transferidos para os municípios<sup>4</sup>:

#### Quadro 10 – Montantes transferidos na área da ação social | 2.º trimestre de 2022

(euros)

Município	Total	Município	Total
Sever do Vouga	10 038,33 €	Alandroal	22 368,75 €
Almodôvar	6 444,75 €	Borba	24 112,74 €
Castro Verde	6 469,50 €	Estremoz	43 928,49 €
Ourique	6 186,00 €	Vila Viçosa	10 759,26 €
Alvito	1 971,58 €	Lagoa	42 841,26 €
Odemira	11 095,33 €	Portimão	100 921,50 €
Póvoa de Lanhoso	12 450,00 €	Fornos de Algodres	18 900,99 €
Vieira do Minho	7 082,25 €	Gouveia	46 658,01 €
Vila Verde	49 719,75 €	Guarda	121 712,25 €
Vizela	7 725,16 €	Mêda	12 396,99 €
Idanha-a-Nova	6 619,50 €	Castanheira de Pêra	5 938,26 €
Vila de Rei	6 021,24 €	Figueiró dos Vinhos	6 303,99 €

<sup>4</sup> Valores constantes do Despacho n.º 7497/2022 de 15 de junho.

Município	Total
Marinha Grande	34 149,51 €
Pombal	26 269,74 €
Alvaiázere	2 143,33 €
Alenquer	38 274,34 €
Crato	12 994,26 €
Fronteira	12 637,26 €
Marvão	9 301,74 €
Portalegre	21 757,66 €
Gondomar	297 749,25 €
Matosinhos	142 838,49 €
Alpiarça	9 502,26 €
Cartaxo	18 683,25 €
Ferreira do Zêzere	10 832,01 €
Golegã	16 276,74 €
Ourém	47 580,75 €
Rio Maior	23 757,99 €
Salvaterra de Magos	36 570,51 €
Sardoal	6 072,75 €
Tomar	67 520,01 €
Alcochete	45 089,01 €
Montijo	35 657,42 €
Arcos de Valdevez	55 886,25 €

Município	Total
Melgaço	13 988,76 €
Monção	41 690,01 €
Vila Nova de Cerveira	18 205,74 €
Boticas	23 898,51 €
Mesão Frio	28 168,26 €
Santa Marta de Penaguião	31 380,51 €
Vila Real	169 818,51 €
Alijó	21 294,84 €
Mondim de Basto	17 072,00 €
Valpaços	38 000,16 €
Vila Pouca de Aguiar	21 912,50 €
Cinfães	71 175,24 €
Moimenta da Beira	23 175,24 €
Mortágua	6 705,99 €
Penalva do Castelo	6 498,00 €
Penedono	10 153,50 €
Resende	31 127,01 €
Vila Nova de Paiva	6 194,49 €
Carregal do Sal	8 729,34 €
Mangualde	18 161,50 €
<b>Total</b>	<b>2 167 560,52 €</b>

## II.2. Competências sem recursos financeiros associados

### II.2.1. Áreas Portuárias

A transferência para os órgãos dos municípios de competências no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, nos termos do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, efetiva-se por protocolo a celebrar entre a autoridade portuária e o município.

As áreas a transferir, identificadas no protocolo, são propostas em relatório elaborado por uma comissão a constituir para o efeito.

No quadro seguinte constam as fases em que se encontra a constituição de cada uma das comissões:

**Quadro 11 - Comissões de acompanhamento | Áreas Portuárias**

Ponto de Situação	Município	Publicação	Despachos de homologação
Concluídos	Faro <sup>5</sup>	Despacho n.º 843/2020, publicado a 22/01	Despacho n.º 7148/2022, publicado a 03/06
	Peniche	Despacho n.º 844/2020, publicado a 22/01	Despacho n.º 7149/2022, publicado a 03/06
	Olhão	Despacho n.º 845/2020, publicado a 22/01	Despacho n.º 7150/2022, publicado a 03/06
	Cascais	Despacho n.º 846/2020, publicado a 22/01	Não existem áreas a transferir
	Lagos	Despacho n.º 6042/2020, publicado a 04/06	Despacho n.º 7147/2022, publicado a 03/06
	Nazaré	Despacho n.º 6043/2020, publicado a 04/06	Aguarda-se publicação em DRE
	Tavira	Despacho n.º 9469/2020, publicado a 02/10	Despacho n.º 7683/2022, publicado a 21/06
	Portimão	Despacho n.º 10947/2020, publicado a 09/11	Despacho n.º 7682/2022, publicado a 21/06
	Esposende	Despacho n.º 6524/2021, publicado a 05/07	Aguarda-se publicação em DRE
	Póvoa do Varzim	Despacho n.º 6526/2021, publicado a 05/07	Aguarda-se publicação em DRE
	Albufeira	Despacho n.º 6527/2021, publicado a 05/07	Aguarda-se publicação em DRE
Iniciados	Loulé	Despacho n.º 6041/2020, publicado a 04/06	
	Aveiro	Despacho n.º 11050/2020, publicado a 11/11	
Por iniciar	Vila do Conde	Despacho n.º 6523/2021, publicado a 05/07	
	Alcobaça	Despacho n.º 6525/2021, publicado a 05/07	
	Caminha	Aguarda-se publicação em DRE	
	Ericeira (Mafra)	Aguarda-se publicação em DRE	
	Faro <sup>6</sup>	Aguarda-se publicação em DRE	
	Gondomar	Aguarda-se publicação em DRE	
	Lagoa	Aguarda-se publicação em DRE	
	Vila Real de Santo António	Aguarda-se publicação em DRE	

**Reuniões realizadas pelas comissões e ponto de situação**

Neste trimestre não foram agendadas, pelas respetivas autoridades portuárias, quaisquer reuniões das comissões em curso, pelo que não existem desenvolvimentos posteriores ao relatório do 4.º trimestre de 2021.

Nesta medida, tanto quanto se sabe, quanto à comissão do município de Aveiro estão em curso negociações bilaterais entre a Administração do Porto de Aveiro, S.A. e o município, sendo que, no que toca à comissão do município de Loulé, também estão a decorrer negociações bilaterais entre a DOCAPESCA - Portos e Lotas, S. A. e o município.

Neste trimestre assinala-se a publicação em *Diário da República* de seis despachos de homologação da transferência de competências para os municípios de Faro, Peniche, Olhão, Lagos, Tavira e Portimão, conforme quadro supra.

<sup>5</sup> Áreas que se encontravam sob a jurisdição da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.

<sup>6</sup> Áreas que se encontram sob a jurisdição da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

## II.2.2. Habitação

A transferência da propriedade ou da gestão dos imóveis destinados à habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação, efetiva-se, após a aprovação da assembleia municipal, com a assinatura de auto de transferência.

Neste contexto, após disponibilização, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU), da lista dos bens imóveis destinados a habitação social, por município, passíveis de serem transferidos para os municípios, apurou-se haver lugar à constituição das comissões de análise para 10 municípios, os quais consubstanciam a totalidade do universo ao qual é aplicável esta competência.

Em resumo, o ponto de situação relativamente a esta competência é o seguinte:

**Quadro 12 - Comissões de análise | Habitação**

Comissões de análise	Município	Publicação	Ponto de Situação dos trabalhos
Constituídas	Peniche	Despacho n.º 2148/2021, publicado a 26/02	Iniciados
	Sines	Despacho n.º 8242/2021, publicado a 20/08	
	Vila Nova de Gaia	Despacho n.º 8244/2021, publicado a 20/08	
	Odivelas	Despacho n.º 8245/2021, publicado a 20/08	
	Olhão	Despacho n.º 9653/2021, publicado a 04/10	
	Guarda	Despacho n.º 9654/2021, publicado a 04/10	
	Porto	Despacho n.º 8243/202, publicado a 20/08	Por iniciar
	Lisboa	Aguarda-se publicação em DRE	
	Águeda	Não requereu a constituição da comissão	
	Aveiro	Informou que não pretende a constituição da comissão	

Neste trimestre não foram agendadas, pela área governativa da habitação, quaisquer reuniões das comissões de análise em curso, pelo que não existem quaisquer desenvolvimentos posteriores ao relatório do 4.º trimestre de 2021.

Tanto quanto se sabe, está em curso a elaboração, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., das propostas de relatório final e das respetivas minutas de auto de transferência das comissões de análise de Peniche, Sines, Vila Nova de Gaia, Odivelas, Olhão e Guarda.

### II.2.3. Património imobiliário público sem utilização

Durante o 2.º trimestre, no âmbito do Património Imobiliário Público Sem Utilização, relativamente aos imóveis constantes da lista anexa ao Despacho n.º 3260/2022, num total de 717 em 181 municípios, verificou-se evolução nos processos de transferência de imóveis para os municípios de Batalha (2), Beja (2), Leiria (1), Mira (2), Montalegre (1), Pampilhosa da Serra (5), Sesimbra (1), tendo ficado concluídos com a celebração dos acordos de transferência os processos dos municípios de Leiria (1), Montalegre (1) e Pampilhosa da Serra (5) .

Relativamente aos imóveis não constantes da lista anexa ao citado Despacho identificados pelos municípios ou pelas entidades e objeto de comunicação prévia, verificou-se a evolução nos processos de transferência para os municípios da Batalha (1) e Mira (2).

No final do 2º trimestre, o ponto de situação do processo de transferência de património imobiliário público sem utilização, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, por município é o seguinte:

**Quadro 13 - Imóveis incluídos na lista atualizada | Património**

Fase do processo	Nº de municípios	Nº de Imóveis	Municípios (Nº de imóveis)
Acordo celebrado	14	30	Almeida (1), Anadia (2), Coimbra (1), Ílhavo (1), Leiria (1), Mira (1), Montalegre (6), Ourém (1), Pampilhosa da Serra (5), Santa Marta de Penaguião (1), São Pedro do Sul (1), Sintra (5), Tarouca (3) e Torres Vedras (1)
Aguarda Acordo	6	11	Almada (1), Batalha (2), Beja (2), Sesimbra (1), Sever do Vouga (1) e Tomar (4)
Aguarda Despacho	3	4	Amares (1), Mira (2) e Vila Pouca de Aguiar (1)
Posse a regularizar	5	11	Alfândega da Fé (1), Coimbra (1), Portalegre (1), Vila Nova de Poiares (1) e Vila Pouca de Aguiar (7)
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>56</b>	

**Quadro 14 - Imóveis não incluídos na lista publicada pelo Despacho | Património**

Fase do processo	Nº de municípios	Nº de Imóveis	Municípios (Nº de imóveis)
Acordo celebrado	1	1	Guimarães (1)
Aguarda Acordo	2	2	Batalha (1) e Mira (1)
Aguarda Despacho	1	1	Mira (1)
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	

#### II.2.4. Estruturas de atendimento ao cidadão

Quanto ao processo de descentralização das Estruturas de Atendimento ao Cidadão, de acordo com o reporte efetuado pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA):

O número de Lojas do Cidadão (LC) mantém-se em 64, sendo 28 de gestão da AMA, 30 de gestão municipal por instalação pelos municípios e 6 de gestão municipal por processo de descentralização de competências, o que perfaz um total de 36 LC de gestão municipal.

Relativamente à instalação de novas Lojas do Cidadão, num total de 56, encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento os processos de instalação em 55 municípios (2 no município de Sintra). No que concerne ao financiamento, são muitos os municípios que não têm apoio nos fundos estruturais da União europeia, incluindo PRR, facto que pode por em causa o projeto.

O número de Espaços Cidadão (EC) é de 803, mais 2 de que no trimestre anterior, mantendo-se, no entanto, 61 municípios sem qualquer Espaço Cidadão e 22 com Espaços Cidadão em todas as freguesias, estando a decorrer (com abertura a curto prazo) a instalação de 32 espaços cidadão.

Assim, dos 278 municípios, 217 já dispõem de pelo menos um EC, mantendo-se 22 os municípios que dispõem de EC em todas as freguesias. Logo, apenas 61 municípios não têm EC.

Os municípios que aceitaram a descentralização das Lojas de Cidadão, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021, encontram-se a faturar as devidas contrapartidas às entidades da administração central aí presentes, encontrando-se regularizados os pagamentos devidos pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN).

Relativamente ao Município de Ponte da Barca mantêm-se os constrangimentos no processo de passagem da Loja de Cidadão para a esfera municipal, pelo que a AMA continua a gerir a Loja de Cidadão e a suportar os respetivos encargos de forma a não encerrar a Loja de Cidadão de Ponte da Barca.

#### II.2.5. Estacionamento público

Na área do estacionamento público encontram-se a exercer a competência na sua plenitude 195 dos 278 municípios, mais 7 do que no trimestre anterior.

Relativamente ao acesso à informação do SCoT por parte dos sistemas de instrução das Câmaras Municipais encontra-se a funcionar com Cascais (CTT), Entroncamento (ANO), Porto e Faro (SYSNOVARE). Até se definir um ponto partilhado onde os municípios possam fazer a importação da informação, a ANSR tem disponibilizado aos municípios a informação sobre os autos em ficheiros Excel.

A Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS), tendo disponibilizado em julho de 2021 a todas as entidades bancárias a nova funcionalidade para pagamento de coimas aplicadas ao estacionamento indevido, no âmbito do DL n.º 107/2018, de 29 de novembro, informou que, até ao 2.º trimestre, 88 municípios (4 através das respetivas empresas locais) ativaram, ou encontram-se em processo de ativação, o serviço em apreço e ainda 2 entidades intermunicipais, que exercerão, dentro do respetivo enquadramento legal, as competências por delegação de alguns dos municípios, pelo que nos restantes municípios apenas será possível o pagamento por transferência bancária ou diretamente nos serviços municipais.

## II.2.6.Praias

Não obstante se possa considerar um competência descentralizada, o exercício da competência pelos municípios é apenas possível nas praias indentificadas como águas balneares, a constar de portaria a publicar anualmente. Na sequência da publicação da Portaria n.º 141-A/2022, de 5 de maio, que procede, para o ano de 2022, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação como praia de banhos, onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores, mais 5 municípios poderão exercer a competência (Constância, Cuba, Gavião, São Pedro do Sul e Vila Velha De Ródão), num total de 126 municípios.

**Quadro 15 - Praias - Lista de municípios em que a competência é aplicável em 2022**

MUNICÍPIOS	2022		MUNICÍPIOS	2022	
	Marítimas	Fluviais		Marítimas	Fluviais
Abrantes		x	Cabeceiras de Basto		x
Alandroal		x	Caldas da Rainha	x	
Albufeira	x		Caminha	x	x
Alcobaça	x		Cantanhede	x	x
Alcoutim		x	Cascais	x	
Aljezur	x		Castanheira de Pêra		x
Almada	x		Castelo Branco		x
Arcos de Valdevez		x	Castro Daire		x
Arganil		x	Castro Marim	x	x
Arouca		x	Coimbra		x
Aveiro	x		Constância		x
Avis		x	Coruche		x
Beja		x	Covilhã		x
Braga		x	Cuba		x

MUNICÍPIOS	2022	
	Marítimas	Fluviais
Espinho	x	
Esposende	x	
Fafe		x
Faro	x	
Ferreira do Zêzere		x
Figueira da Foz	x	
Figueiró dos Vinhos		x
Fornos de Algodres		x
Freixo de Espada À Cinta		x
Fundão		x
Gavião		x
Góis		x
Gondomar		x
Gouveia		x
Grândola	x	
Guarda		x
Ílhavo	x	
Lagoa (Algarve)	x	
Lagos	x	
Leiria	x	
Loulé	x	
Lourinhã	x	
Lousã		x
Mação		x
Macedo de Cavaleiros		x
Mafra	x	x
Manteigas		x
Marco de Canaveses		x
Marinha Grande	x	
Matosinhos	x	
Mértola		x
Mira	x	
Mirandela		x
Moimenta da Beira		x
Montemor-o-Velho		x
Mourão		x
Murtosa	x	
Nazaré	x	
Óbidos	x	
Odemira	x	x
Oeiras	x	
Oleiros		x
Olhão	x	
Oliveira de Frades		x
Oliveira do Hospital		x
Ourém		x
Ovar	x	
Pampilhosa da Serra		x
Pedrógão Grande		x

MUNICÍPIOS	2022	
	Marítimas	Fluviais
Penacova		x
Penalva do Castelo		x
Penamacor		x
Penela		x
Peniche	x	
Pombal	x	
Ponte da Barca		x
Portel		x
Portimão	x	
Porto	x	
Póvoa de Lanhoso		x
Póvoa de Varzim	x	
Proença-a-Nova		x
Reguengos de Monsaraz		x
Sabugal		x
Santa Comba Dão		x
Santa Maria da Feira		x
Santiago do Cacém	x	
São Pedro do Sul		x
Sátão		x
Seia		x
Sernancelhe		x
Sertã		x
Sesimbra	x	
Setúbal	x	
Sever do Vouga		x
Silves	x	
Sines	x	
Sintra	x	
Tábua		x
Tavira	x	
Terras de Bouro		x
Tomar		x
Tondela		x
Torres Vedras	x	
Vagos	x	
Vale de Cambra		x
Valpaços		x
Viana do Castelo	x	
Vieira do Minho		x
Vila de Rei		x
Vila do Bispo	x	
Vila do Conde	x	
Vila Nova de Cerveira		x
Vila Nova de Gaia	x	
Vila Real de Santo António	x	
Vila Velha de Ródão		x
Vila Verde		x
Vinhais	x	x

### II.2.7.Segurança contra incêndios

De acordo com a ANEPC, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, na sequência do processo de transferência da 1ª categoria de risco para os municípios, encontram-se na fase de configuração do envio dos pedidos no ePortugal, além de Boticas, Salvaterra de Magos, Seia e Terras de Bouro, com processo iniciado no 1º trimestre, Tarouca, Póvoa do Lanhoso, Ribeira de Pena, Paredes, Vila Verde, Cartaxo, Tavira, Chamusca e Castro Marim.

Encontram-se em análise os pedidos apresentados por Coruche, Gouveia e Manteigas.

### III. Conclusões

No âmbito do processo de descentralização de competências, **no decurso do 2.º trimestre de 2022:**

- **Dos municípios para as freguesias** - 112 municípios formalizaram a transferência de competências para os órgãos de **freguesia**, correspondendo a um total de 1116 freguesias. Neste âmbito, os valores retidos aos municípios até ao final do 2.º trimestre ascenderam a cerca de 48,7 M€.
- **Educação** – No final do 2.º trimestre de 2022, todos os municípios exercem as competências na área da educação, 264 ao abrigo do DL n.º 21/2019 e 14 ao abrigo do Programa Aproximar. Foi transferido no 1.º semestre de 2022, o valor global de 366.333.968,43 euros para 278 municípios, dos quais 45.038.508,21 euros relativos a contratos do Programa Aproximar (14 municípios) e 321.295.460,22 euros (264 municípios) relativos ao Decreto-Lei n.º 21/2019.

- **Saúde** - Até ao final do 2.º trimestre de 2022 encontram-se assinados 47 Autos de Transferência.

Foram efetuadas publicações com a lista nominativa de 99 trabalhadores a transitar para 15 municípios, totalizando assim 211 o número de trabalhadores transferidos para 29 municípios

- **Cultura** - Encontram-se assinados 46 Autos de transferência de competências entre 39 municípios, o Ministério da Cultura e o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública.
- **Ação Social** - Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, que veio possibilitar a prorrogação do prazo de transferência das competências em matéria de Ação Social, estabelecido em 1 de março de 2022, até 1 de janeiro de 2023, 196 municípios solicitaram a prorrogação do prazo. No 2.º trimestre assumiram a competência 67 municípios, dos quais 52 a 1 de abril.

Na sequência da publicação do Despacho nº 7497/2022 de 15 de junho, foram transferidos os montantes de 2.167.560,52€ para 66 municípios.

Até ao final de 2022, mais 14 municípios vão exercer a competência e em 196 municípios a transferência de competências ocorrerá em 1 de janeiro de 2023. Foram constituídas neste trimestre 10 comissões de acompanhamento totalizando 259.

- **Áreas portuárias** - Encontram-se concluídos os trabalhos de 11 comissões, estando em curso trabalhos no âmbito de 2 comissões. Além disso, encontram-se constituídas mais 8 comissões, estando a

aguardar-se, nuns casos, o início dos trabalhos e, noutros, a publicação dos respetivos despachos em Diário da República.

- **Habitação** - Os relatórios finais, assim como as respetivas minutas de auto de transferência, das comissões de análise de Peniche, Sines, Vila Nova de Gaia, Odivelas, Olhão e Guarda, encontram-se em elaboração.
- **Património imobiliário público sem utilização** - Foram celebrados acordos de transferência de património imobiliário público sem utilização com 3 municípios referentes a 7 imóveis. Aguarda-se acordo ou despacho para a transferência de 15 imóveis para 9 municípios.
- **Estruturas de atendimento ao cidadão** – No 2.º trimestre totalizam 64 Lojas de Cidadão (LC), 28 de gestão da AMA, 30 de gestão municipal por instalação pelos respetivos municípios e 6 objeto de descentralização (incluindo a Loja do Cidadão de Ponte da Barca), não obstante a celebração do protocolo já ter ocorrido).

Estão a decorrer, em diferentes fases do processo, os procedimentos para instalação de 56 Lojas do Cidadão em 55 municípios. A indisponibilidade de apoios nos fundos estruturais para alguns municípios poderá afetar o projeto.

Mantêm-se os constrangimentos, por parte do município, na operacionalização da transferência da Loja do Cidadão de Ponte da Barca para o município, não obstante a celebração do protocolo para a transferência em maio de 2021, mantendo-se a AMA como entidade gestora.

Por seu turno, o número de Espaços Cidadão é de 803 , pelo que, 217 municípios já dispõem de pelo menos um EC, sendo que 22 dispõem de EC em todas as freguesias.

- **Estacionamento público** - Encontram-se a exercer plenamente a competência 195 dos 278 municípios, tendo 88 já ativado o serviço para emissão de entidade bancária e referência MB disponibilizado pela SIBS.
- **Segurança contra incêndios** – Encontram-se em fase de configuração do envio de pedidos efetuados no ePortugal 13 municípios e, em fase de análise o processo de 3 municípios. No trimestre anterior 3 municípios obtiveram credenciação de técnicos para a 1ª categoria de risco encontrando-se em condições para a receção deste tipo de pedidos.

[www.portalautarquico.dgal.gov.pt](http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt)